



## Índice

- 03 Nota introdutória do Tradutor  
*Eni P. Orlandi*
- 06 Há uma via para a lingüística fora do logicismo e do sociologismo  
*M. Pêcheux e F. Gadet*
- 17 O próprio da análise de Discurso  
*Eni P. Orlandi*



Rua Caio Graco Prado, 70, Cidade Universitária Zeferino Vaz  
CEP 13081-970, Campinas - SP, Fone/Fax:(019) 788.1102  
Internet: <http://www.labeurb.unicamp.br>

# **E**scritos

---

língua . cidade . política . sociedade

## Discurso e Política

### **No. 3**

---



Laboratório de Estudos Urbanos  
Nudecri

## ESCRITOS 3

Publicação do  
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS  
LABEURB - NUDECRI - UNICAMP



PROJETO TEMÁTICO  
*APOIO FAPESP*

## ***NOTA INTRODUTÓRIA DO TRADUTOR***

O artigo que nos propomos traduzir e publicar, de M. Pêcheux, “Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo”, feito em colaboração com F. Gadet, e que apareceu na revista *Equivalences* (pp.133-146), publicada em Paris, em 1977, suscita algumas observações.

Este texto não esconde sua imersão no discurso político da época (anos 70), onde a discursividade marxista sofria embates profundos, eu diria, irreversíveis, no confronto com a prática que anunciava já a enorme crise que vai desembocar na dominância posterior da discursividade neo-liberal. Já aí a esquerda começava a ficar fora do discurso. Nessa discursividade e no discurso das ciências sociais, como sabemos, não têm vigência atual palavras como imperialismo, luta de classes, operariado etc. E o próprio da discursividade atual, em geral, é falar em globalização, comunidades, grupos sociais, etc, ao mesmo tempo em que, à margem, outras discursividades, menos visíveis, investem em outros modos de significar menos óbvios. Tanto é assim, que também não deixa de ser real que os fatos sociais continuam a demandar sentidos e as ciências continuam a ter de compreendê-los e explicá-los. Com outros nomes, com outros sentidos, com outras histórias. Com outros discursos.

O interesse desse texto, já que M. Pêcheux é o fundador da escola francesa de análise de discurso, está no fato de que, em meio às injunções discursivas de sua época, que ele atravessa sem desconhecer, esse autor constitui um campo de questões que deslocam a reflexão sobre a linguagem, de uma posição metafísica para uma posição materialista, constituindo uma semântica atenta ao real da língua e da história, que no entanto, como diz D. Malidier (1990), permite sair do discurso da filosofia marxista da linguagem. Este texto que traduzimos é um dos lugares em que ele elabora essa questão. Assim, um aporte importante dessa reflexão está na afirmação, feita por M. Pêcheux neste artigo, da necessidade de se considerar o que é propriamente linguístico não cedendo, de um lado, ao logicismo, nem, de outro, ao sociologismo. E isso, segundo este autor, irrompe na medida em que a noção de sujeito se faz como uma questão incontornável. Ao mesmo tempo em que se faz necessária uma desobjetivação da teoria da linguagem - e aí a noção de língua é fundamental - é preciso considerá-la como base comum de processos discursivos diferenciados. Para isso, há necessidade de uma mudança de terreno que não reduz a inclusão do sujeito, da história e da sociedade a um simples apêndice de uma reflexão já feita pela Linguística ou pelas Ciências Sociais. Eu diria, com minhas palavras, que o que M. Pêcheux mostra é que, essas outras formas de reflexão, estabelecidas na oposição estrita - e não na contradição - entre formalismo e sociologismo mantêm o simbólico fora do alcance do político, como se isso não estivesse, pois, em questão. Ao contrário, uma reflexão como a análise de discurso, ao propor um deslocamento teórico, procura trabalhar o confronto do simbólico com o político em um objeto próprio: o discurso.

Diante dessas considerações, o texto sobre o que é próprio da análise de discurso, que segue o texto de M. Pêcheux, inscreve-se nesse campo de questões específicas inauguradas pela reflexão de M. Pêcheux e que explicita a noção de discurso como uma necessidade teórica para sair-se do dilema posto pela oposição formalismo-sociologismo.

## ***HÁ UMA VIA PARA A LINGUÍSTICA FORA DO LOGICISMO E DO SOCIOLOGISMO?***

*M. Pêcheux e F. Gadet*

Não somos, nem um nem outra, especialistas de uma época ou de uma língua, nem também de um terreno particular e vamos abordar o tema deste colóquio “Línguas e Nação” por um viés teórico e político que poderá parecer inutilmente longo, até mesmo escandalosamente deslocado. No entanto, é só ao preço de um desvio pela **situação de conjunto da pesquisa linguística** face às questões “sócio-político-ideológicas” que podemos, a nosso ver, esperar pontuar esse assunto. Assim, nós escolhemos (e está aí talvez a especificidade de nossa contribuição) abordar a questão pelo interior da Linguística para manifestar que os estudos sócio-históricos não constituem um caso particular que deriva de uma vaga “linguística aplicada”, inscrita em não se sabe que interdisciplinaridade, mas a ocasião de um problema em que o destino da ciência linguística se engaja e põe em jogo até seus fundamentos.

O título que demos a esta comunicação traduz que, segundo nós, a própria história da Linguística pode ser compreendida como uma espécie de luta entre duas vias - o logicismo e o sociologismo - formando os elementos de uma contradição que toma sucessivamente múltiplas formas, desde a pré-história da Linguística até seus aspectos mais modernos, mais atuais e mais científicos.

Nossa questão subentende que esses elementos contraditórios, o logicismo e o sociologismo, conduzem atualmente a Linguística a uma situação de crise, a uma espécie de impasse. No entanto essa contradição não se impõe à evidência na medida em que, a maior parte das vezes, ela não é sentida como tal: contenta-se em se afirmar que a Linguística comporta aspectos diversos e variados, e eventualmente complementares na sua diversidade.

Ora, segundo o que pensamos, esta contradição é real, nas formas extremas de que ela pode se revestir, assim como nas formas que qualificaremos de intermediárias; acrescentamos que esta contradição oculta pode-se tornar aparente a partir do momento em que se reconhece a existência de um elemento, ele também recoberto pela “neutralidade” científica da Linguística, mas sempre presente em seus efeitos: este elemento é a filosofia espontânea dos linguistas, sendo ela precisamente constitutiva dessa contradição fundamental.

Expliquemo-nos rapidamente: a história da Linguística apresenta uma particularidade em relação a história das outras ciências ( por exemplo, a física) que é a de que a gente não encontra nela, aparentemente, invalidação definitiva de teorias. Assistimos, com efeito, à produção de conceitos científicos mas, e isto é significativo, aquilo contra o que se constituíram esses conceitos continua a existir e a produzir efeitos na pesquisa: é assim para o corte saussuriano, é assim para as críticas construtivas que Chomsky endereçou às gramáticas estruturalistas. Não podemos pois levar em conta só a história da Linguística, temos de levar igualmente em conta o que chamamos filosofia espontânea dos linguistas, que explica que se perpetuem certas contradições, mesmo se de forma transformada.

Estimamos que a crise da Linguística pode-se explicar pelos efeitos dessa contradição sobre o trabalho linguístico, em que o núcleo científico dessa disciplina arrisca constantemente ser recoberto, apagado, recuperado por interesses exteriores que se encontram veiculados por esta filosofia espontânea. Veremos progressivamente do que se trata.

Pareceu-nos cômodo designar as duas tendências pelos termos “logicismo” e “sociologismo”, mas é claro que se trata apenas de dominância, nenhuma tendência se realizando de forma absolutamente pura, sendo que numerosas formas intermediárias que poderíamos chamar de “compromissadas” têm como pretensão servir de paliativo das insuficiências de uma tendência pela outra.

Começaremos por descrever rapidamente os tipos puros, enumerando seus princípios constitutivos: o logicismo (e sua forma ligada, o formalismo) pode se opor ao sociologismo (e sua forma ligada, o historicismo) em primeiro lugar por meio dos termos da antiga querela entre **natureza** e **convenção**. Onde o logicismo procura universais (escolásticos, em seguida racionalistas), o sociologismo faz aparecer uma **dispersão** e uma alteridade no espaço e no tempo. Onde o logicismo enuncia leis e constrói uma **teoria gramatical**, o sociologismo efetua uma **descrição**, fazendo um estudo empirista dos dados. Se as duas tendências estudam a mudança, é a ocasião para a primeira de destacar universais e, para a segunda, de fazer estudos comparativos. O logicismo, enfim, coloca a **autonomia da linguística**, enquanto o sociologismo se dá o indivíduo em situação como concreto linguístico, o que tem como consequência um destino de participação interdisciplinar para a linguística assim concebida. Historicamente, assinalaremos rapidamente algumas formas tendencialmente puras cujo antagonismo é, segundo as épocas, realizado no debate explícito, na simples co-existência ou na ignorância recíproca... Teríamos assim, de um lado: os estóicos, as gramáticas especulativas da Idade Média, Port Royal, etc. Do outro lado, os analogistas-convencionalistas (Aristóteles), Vaugelas, Herder, e as gramáticas comparadas, e Meillet, para citar apenas os nomes mais marcantes. Quanto às formas de compromisso, encontramos um belo exemplo em Humboldt, cujo conceito de **innere Sprachform** liga o aspecto logicista do equipamento intelectual presente em todo homem e o aspecto sociologista que coloca a especificidade de cada língua e de cada cultura.

No detalhe das formas atuais, a situação parece bastante confusa diante da floração das formas intermediárias. Começemos entretanto por citar as formas tendencialmente puras: de uma parte, Chomsky, que expõe uma concepção da sintaxe apoiada na lógica, e cujo inatismo anti-behaviorista toma como origem o de Port Royal; de outro lado, a sociolinguística ou sociologia da linguagem, cuja vocação inter-disciplinar se apoia na etnologia, na antropologia e na psicologia social, e cuja metodologia essencialmente correlacionista estabelece uma análise continuista do comportamento linguageiro do indivíduo. Por exemplo, B. Bernstein, J. Fishman, C. Ferguson, J. Gumperz, D. Hymes, E. Haugen, para citar apenas alguns nomes em uma produção cada dia mais abundante, primeiro nos Estados Unidos, depois na Europa. A profundidade da contradição entre estas duas tendências hoje se manifesta, por exemplo, a propósito do conceito de competência: é só ao preço de uma má-compreensão fundamental do conceito chomskyano de competência que alguns podem visar sua metamorfose (extensão, alargamento, reformulação) em uma “competência heterogênea”, como o fazem W. Labov e U. Weinreich, ou em uma “competência comunicacional” como o faz D. Hymes. Essas duas reformulações pretendem dar conta do comportamento de um locutor real, em uma situação real, ao lado da competência propriamente linguística, o que destrói o próprio conceito de competência... A sociolinguística traz assim uma falsa solução a um verdadeiro problema que visaremos mais à frente: a gramática gerativa não tem **nada a dizer** sobre a relação entre língua e formação social.

Quanto às formas intermediárias, citaremos apenas Bloomfield, a teoria da comunicação, o funcionalismo, o distribucionalismo de Harris; assinalemos também a **gramática de casos e a semântica gerativa**, combinando a universalidade de estruturas profundas lógico-semânticas com o impacto que a situação e a posição do indivíduo exercem sobre a produção linguística; e também a **teoria da enunciação**, que combina em um estudo da marca do processo de enunciação no enunciado, os universais da relação enunciado/enunciação (identidade relativa dos interlocutores, lugar, tempo e modalidades da enunciação), com os efeitos subjetivos do ato de enunciação, a situação estando empiricamente vinculada ao estatuto social dos protagonistas; e ainda o estudo da **inteligência artificial** que combina a análise algorítmica com a da adaptação de sistemas comportamentais em um ambiente; e enfim a **sociolinguística** tal como a concebe Labov, que combina a exigência de constituição de uma gramática gerativa com a pretendida extensão do conceito de competência mencionada mais acima, competência que visa integrar a referência à situação e à estrutura social, de onde a estranha noção de regra gerativa variável.

Mas além dessas formas que poderíamos qualificar de intermediárias por justaposição, é preciso assinalar também a existência de casos nos quais a estruturação de uma tendência implica de maneira necessária a referência a elementos da tendência oposta: é a análise que nós proporemos que concerne a teoria saussuriana, para a qual, a semiologia, a fala e o indivíduo desempenham o papel indispensável de “resto não teorizado” que permite a constituição da própria teoria, com os conceitos de valor, de língua e de sincronia. Um outro exemplo dessa estruturação antagonista é realizada pelo papel da semântica interpretativa na teoria chomskyana: a referência não teorizada à idéia indefinidamente programática de uma semântica universal, aos “sistemas de crença” e ao contexto do enunciado vem assegurar em contrapartida o lugar central da sintaxe na gramática.

Este estudo da situação atual permite-nos lançar um olhar novo sobre a natureza da crise em linguística: trata-se bem de uma crise **interna**, e não de elementos exteriores que seria prazeroso descartar por simples decreto. O *imbroglio* torna-se com efeito manifesto quando a gente percebe que pode estabelecer entre as duas tendências contraditórias uma série de transições que exprimem laços pouco visíveis mas alianças reais e objetivas que, de próximo em próximo, reabsorveriam a contradição fundamental: partindo de Chomsky e da forma “pura” do modelo de **Syntactic Structures**, que se prolonga por um laço necessário em **Standard Theory**, (teoria que tem como particularidade integrar considerações sobre as intenções do locutor e a referência ao “mundo real”), passando pela semântica gerativa, a gramática dos casos e a teoria da enunciação, depois certas formas do funcionalismo ... chegar-se-ia à sociolinguística: uma vez apagada a contradição, não haveria mais crise, salvo para os maus espíritos que se obstinam em negar essa bela unidade da linguística!

São numerosos aqueles que, hoje, estimam que essas formas intermediárias, ou ao menos certas dentre elas, como a semântica gerativa ou a teoria da enunciação, poderiam bem constituir a “terceira via” em linguística, fazendo o papel da síntese tão esperada, colocando um fim à crise. Ora, ainda que fazendo a junção entre as duas tendências, esse grupo intermediário não permite em absoluto resolver a contradição fundamental: seu interesse indireto seria antes o de exibir a unidade dos contrários sob a forma moderna do sujeito **lógico-natural**, instalado entre a língua-abstração do logicismo e o indivíduo do sociologismo. A noção de sujeito é sem dúvida, nós o veremos, aquilo que realiza a contradição da linguística, o núcleo em que se condensa sua filosofia espontânea. Mas não é evidentemente reproduzindo esta unidade dos contrários por meio de uma aparente síntese que recobre e condensa a contradição que se pode esperar sair dela: para isto, é preciso mudar radicalmente de terreno de maneira a analisar a unidade real dos contrários no qual se organiza esta contradição, e poder assim trabalhar sobre ela.

Com esta intenção, avançaremos duas teses:

#### **Tese I**

Nem uma nem outra das duas tendências, em suas relações atuais, é suscetível de constituir o detonador de um ponto de vista materialista sobre a língua, os fenômenos da linguagem e as práticas linguísticas; além disso, nenhuma síntese entre as duas tendências pode constituir esse detonador.

#### **Tese II**

Não se trata de fazer saltar de uma cartola mágica uma “linguística proletária” qualquer que não poderia ser nada além de um substituto simétrico da “linguística burguesa”; isto não quer dizer que não seja possível, na situação atual, um avanço materialista.

\*\*\*

Vamos tornar precisa nossa primeira tese dizendo que o logicismo e o sociologismo constituem hoje duas formas específicas de denegação da política, isto é, duas formas sob as quais se encontram recobertas as questões ligadas à ciência do “continente-história” fundada por Marx, desenvolvida por Lênin, e cujo aprofundamento prossegue hoje na teoria e prática do movimento operário.

Evidentemente, as duas tendências que acabamos de caracterizar não negam a política do mesmo modo: elas têm cada uma sua maneira própria de chegar a isso. Para dizer rapidamente, adiantaremos que a tendência logicista nega a política falando aparentemente de outra coisa, enquanto a tendência sociologista recalca a política falando ou acreditando falar dela. Com efeito: a **tendência lógico-formalista**, seja nas pesquisas do próprio Chomsky, ou no núcleo logicista da semântica gerativa, parece se desenrolar na região das “idéias puras”, ao largo de qualquer outra consideração. (A tal ponto, aliás, que quando Chomsky se engaja, como faz há muitos anos nos Estados Unidos, na prática militante do pacifismo, age como ideólogo e como filósofo, independente quase completamente de sua prática de teórico da linguística).

No entanto, quando lemos os textos de pesquisa linguística que se inscrevem nessa corrente, quando observamos as polêmicas que aí se desenvolvem, os argumentos opostos e os exemplos utilizados, não podemos deixar de sentir o impacto da presença de alguns temas cuja recorrência não deixa de espantar. Encontramos um primeiro índice em autores como Chomsky, quando, no meio de exemplos anódinos tirados da vida cotidiana, vemos surgirem frases-exemplos onde se trata de “comprar” ou de “roubar” algo, de “acusar” ou de “suspeitar” de alguém ...

Além disso, entre as questões e pontos de gramática que são objeto de debates entre a escola da Semântica Gerativa e os chomskianos ortodoxos observa-se uma singular insistência do tema da responsabilidade e da intenção. Assim, quando se coloca a questão de se saber se o verbo **to kill** pode ser levado à forma-fonte **cause to die**, a discussão vai girar em definitivo para a questão de saber se **kill** implica ou não a idéia de responsabilidade: “... eu posso fazer alguém morrer arranjando para que ele atravesse o país no carro de um louco perigoso, mas não se poderá dizer nesse caso que eu o terei, no sentido próprio, matado ...” (Chomsky, tradução francesa em *Questions de Sémantique*, 1975,p.19). Do mesmo modo no que concerne as duas frases:

*Seymour sliced the salami with a knife*

*Seymour used a knife to slice the salami*

os dois primeiros argumentos dados por G. Lakoff para aproximá-los concernem o valor da atividade do verbo e a natureza animada do sujeito. Chomsky se coloca no mesmo terreno para responder a esses argumentos arguindo a dificuldade que há em atribuir uma responsabilidade, em particular em um processo de natureza tecnológica: cf. as diferenças de sentido entre frases como

*John carelessly broke the window with a hammer*

John broke the window carelessly with a hammer

John carelessly used a hammer to break the window

*John used the hammer carelessly to break the window*

A questão do caráter necessário ou contingente desta ou daquela propriedade para um sujeito abre sobre o problema das **propriedades genéricas**: daí as interrogações de Chomsky para saber se se pode dizer dos castores que eles “são construtores de diques” ou simplesmente que eles “constróem diques”. A relação entre sujeito dotado de intenção e objeto-instrumento aparece desde então como revestindo uma importância primordial no próprio estabelecimento das propriedades gramaticais.

Mas há um trabalho ainda mais esclarecedor desse ponto de vista: é o da “gramática de casos” de C. Fillmore, que condensa todo um corpo de exemplos desse tipo em uma teoria na qual trata-se de caracterizar a valência dos verbos por “casos” de natureza semântico-lógica, onde o que está debaixo da filosofia espontânea da linguística aparece em plena luz do dia.

Nós ficaremos nos dois casos do **agentivo** e do **instrumental** que subsistem através das diferentes reformulações que Fillmore dá de sua teoria: o agentivo designa sempre um sujeito animado, instigador, dotado de intenções, por exemplo **João** em “João quebrou a janela”; o instrumental designa

sempre um termo inanimado desprovido de intenções e constituindo uma causa imediata, por exemplo **a bola** em “a bola quebrou a janela” de onde as inevitáveis argúcias sobre a responsabilidade de João em “João quebrou o vidro” (com um martelo, ou porque ele a atravessou).

Ao lado desses dois “casos” que estão na própria base do modelo, Fillmore utilizou, em certo momento, a noção de **factitivo** designando um objeto produzido, resultante da ação ou do estado designado pelo verbo, por exemplo **a mesa** em “João construiu a mesa” .

A natureza do que qualificamos como obsessão é agora bastante clara: podemos dizer que se trata de um acoplamento entre o domínio do **tecnológico** (transformações intencionais dos “estados de mundo” : quebrar, dobrar, bater, construir...) e o do jurídico (relação entre sujeitos, eventualmente a propósito de coisas: dar, alugar, comprar, vender e também matar, assassinar, lastimar, persuadir...). As obsessões da corrente lógico-formalista têm pois curiosamente seu núcleo central na questão filosófico-jurídica da relação de responsabilidade entre **pessoa e coisa** realizada na ideologia burguesa, sob a dupla forma da propriedade e do contrato. É bem forçoso admitir que a denegação da política recobre na realidade aqui uma posição detectável na luta de classes:

“Em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, escrevem R. Balibar e D. Laporte em seu livro **Le Français National**, o próprio do sistema jurídico é seu caráter universalista-abstrato. Ele não aceita senão duas distinções pertinentes, a das pessoas humanas e a das coisas”.

A partir do que precede, comentaremos esta citação dizendo que o nó oculto da corrente lógico-formalista consiste precisamente nas evidências jurídicas, morais e tecnológicas do **humanismo burguês clássico** . E concluiremos esse ponto observando de passagem que ele permite explicar porque as “recaídas” práticas dessa corrente de pesquisas investem, entre outras coisas, nas tentativas de formalização das relações jurídicas, nos projetos sempre renovados da língua universal e na organização de métodos para a gestão automática das classificações de todos os gêneros.

A relação da corrente **sociologista** à política é, em aparência, completamente diferente: a sociolinguística, tal como a conhecemos em sua forma atual, se desenvolveu depois da Guerra Fria, nos Estados Unidos, e depois na Europa, essencialmente sobre dois terrenos que nos parece interessante ligar a dois fenômenos marcantes da evolução da luta de classes no mundo.

O primeiro fenômeno é constituído pela evolução do que se convencionou chamar o Terceiro Mundo ou “os países em vias de desenvolvimento” com a transformação parcial do colonialismo clássico em neo-colonialismo, trazendo a questão do “desvio científico-técnico” a resolver: é na maior parte das vezes nesse quadro que se colocaram as questões sociolinguísticas do multilinguismo e da “política linguística” visando planificar a instauração e a standardização das línguas nacionais suscetíveis de integrar e veicular os elementos científico-técnicos.

O segundo fenômeno concerne o desenvolvimento das contradições nos sistemas escolares dos países capitalistas desenvolvidos, com as diferentes formas de escolarização das massas abrindo para a questão dita do “fracasso escolar” que atinge os “des-herdados” por causa do que se chama pudicamente sua origem sócio-econômica.

A sociolinguística retoma assim por sua conta, e sem colocar em questão, as formas sob as quais o modo de produção capitalista representa suas próprias “dificuldades” . Mesmo se a sociolinguística ultrapassa frequentemente a simples contemplação da alteridade do outro, seu progressismo, incontestável, desde que ele não coloque diretamente em causa os interesses da burguesia capitalista, só pode desembocar em uma dupla promessa: **contribuir para resolver os desvios e suprimir as desigualdades** ; são tais, no melhor dos casos, as palavras de ordem políticas inscritas nos estandartes da sociolinguística. O grosso da armada dos sociolinguistas fica aí, esperando sempre que um novo programa de intervenção, que um novo método compensatório vá ajudar os pobres de toda espécie à recuperar o pelotão da frente. Seria exagero concluir esse ponto dizendo que ainda aí trata-se essencialmente de **humanismo** mas desta vez sob a forma do humanismo reformista das promessas piedosas e das boas intenções? Poderíamos



fornecer aqui dezenas de declarações como estas (por exemplo, em Hymes, Gumperz, Bernstein, etc), geralmente acopladas a tantas outras boas intenções sobre as finalidades científicas do empreendimento (1).

Nessas condições é preciso compreender ao mesmo tempo porque esta divisão do trabalho teórico se realiza assim, sob a coberta geral do humanismo, em duas tendências aparentemente contraditórias, e se interrogar pelas condições sob as quais podemos esperar começar a sair dessa situação.

Uma corrente subentendida pelo ideal humanista de uma difusão universal da democracia burguesa, das ciências e das técnicas; uma corrente se dando por tarefa remediar as resistências externas e internas que esta difusão encontra...: diremos que a chave dessa divisão de trabalho é de natureza política.

Mudar de terreno nesse assunto, é antes reconhecer que os dois tipos de exclusão mencionados (o atraso do Terceiro Mundo e o fracasso escolar das camadas desfavorecidas) não são de nenhum modo imperfeições lastimáveis das sociedades industriais mas trata-se sim de desigualdades estruturais, inerentes à própria essência do modo de produção capitalista no estado do imperialismo: o “atraso” dos países em desenvolvimento, porque assegura a pilhagem das matérias primas e dos recursos energéticos, é uma condição estrutural da manutenção da exploração capitalista a nível mundial; do mesmo modo, o “fracasso escolar” , porque permite a reprodução da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, é também ele uma condição da manutenção da exploração no quadro dos países capitalistas desenvolvidos.

Claro, o capitalismo e o imperialismo encontram atualmente obstáculos em sua luta para reproduzir essas desigualdades estruturais. Mas esses obstáculos não são tanto as boas intenções dos sociolinguistas, seus detratores ou seus defensores, são antes de tudo as formas nacionais e internacionais da lutas das classes exploradas. Podemos até dizer que é a intensidade dessa luta, variável segundo as regiões e os períodos que determina as orientações diferentes que toma a sociologia da linguagem, por exemplo, em um país como a França, em relação às pesquisas inglesas ou alemãs e, a fortiori, americanas.

Se prosseguimos ainda em direção desse “ponto cego” que regula as ligações contraditórias do logicismo e do sociologismo, encontramos a questão do Estado onde se condensa, sob uma forma resumida (a expressão é de Marx) o conjunto das relações de produção capitalistas. Diremos que as duas tendências **recobrem** a questão do Estado, cada uma a seu modo:

- o logicismo recobre a questão do Estado considerando as determinações jurídico-políticas inscritas no funcionamento do aparelho do Estado como se se tratasse de propriedades psicológicas e morais inerentes à uma “natureza humana” universal e eterna;

- o sociologismo recobre também a questão do Estado substituindo a análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais que não é outra coisa que uma psicossociologia das relações inter-individuais (status, papel, prestígio, atitude, motivação...). Como se espantar, nessas condições, que a sociolinguística fique quase sem voz diante do fenômeno do neo-colonialismo que não tem a concretude psico-social das relações de parentesco, de idade, de sexo, de raça, de nível cultural...?

Mudar de terreno, é também lutar teórica e praticamente contra as diferentes formas do humanismo, aí compreendida a forma do sujeito de direito, e a subjetividade moral-psicológica que o cobre. Se é verdade que não é o homem que faz história, mas o movimento de massas, isto deve também ter consequências sobre as práticas linguísticas, como o mostra R. Balibar a propósito da revolução francesa. Não se trata no entanto de ressucitar uma “linguística proletária” que identificaria pura e simplesmente o plano da língua e o da ideologia. As noções de **discurso** e de **formação discursiva** desempenham para nós esse papel de desubjetivação da teoria da linguagem, ainda que de forma embrionária. Essas noções nos ajudam, no estado atual das coisas, a pensar a relação de intrincação entre língua e formações ideológicas, através da qual práticas linguísticas tendencialmente antagonistas vem se desenvolver sobre uma mesma base linguística, como é o caso, em particular, na França.

Expliquemos rapidamente a significação dessas duas noções tais como foram definidas em Semântica e Discurso ( M. Pêcheux, Ed. Unicamp, 1989):

“...o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe “em si mesma” (isto é em sua relação transparente à literalidade do significante) mas é determinada pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo social histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições etc mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, o que significa que elas tomam seus sentidos em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos então formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc)” (2).

Isto significa colocar que as palavras, expressões, proposições etc recebem seus sentidos da formação discursiva na qual são produzidos. “

Tocamos assim a zona de articulação da linguística com os processos ideológicos: em uma formação social em que a homogeneização linguística se encontra tendencialmente realizada (a maior parte das vezes no quadro de um Estado nacional burguês) diremos que:

“o sistema da língua é sempre o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe dele. Não resulta daí, no entanto, que esses diversos personagens sustentarão o mesmo discurso: a língua aparece assim como a base comum de processos discursivos diferenciados.”

Acrescentemos que designaremos pelo termo de processo discursivo:

“o sistema das relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc, funcionando entre elementos linguísticos - “significantes” - em uma formação discursiva dada.” (3).

Por outro lado, nos casos em que a homogeneização linguística não se encontra realizada (cf. os diferentes tipos de plurilinguismo nos países de Terceiro Mundo, e também certos países capitalistas desenvolvidos em que o Estado não impôs uma língua nacional), pensamos que a análise de processos discursivos que se desenvolvem sobre bases linguísticas diferentes remete a relações especializadas com esta ou aquela região da ideologia, impostas pela luta ideológica, sem que se possa colocar a existência de ideologias diferentes que seriam decalques dessas diferentes bases linguísticas.

Sublinharemos para terminar que essa perspectiva dá os meios de abrir ao menos tres novas questões:

1. Se é verdadeiro que, desde a descoberta freudiana “o eu não é mais mestre de si”, em que a concepção proposta aqui implica o questionamento da linguagem como **órgão do espírito** (a expressão é de Chomsky), como objeto de um domínio exercido por uma instância que é supostamente mestra dela mesma, como do universo de sua linguagem?

2. Em que medida a existência de uma mesma base linguística sustentando processos discursivos ideológicos antagonistas implica a hipótese do que chamaremos a **autonomia relativa da sintaxe**, definida como um núcleo dessa base? Em que a relatividade dessa autonomia transforma a noção de sintaxe, que o logicismo concebe como sistema dedutivo formal, sem liquidá-la na diversidade de idioletos sociolinguísticos? Em que os efeitos de retorno dos processos discursivos sobre uma base linguística historicamente dada podem subvertê-la e reconfigurá-la, às vezes muito rapidamente?

3. Em que esta concepção da relação entre língua e ideologia, sob a forma dos processos de discurso transforma a questão da apropriação social dos conhecimentos pelas massas e, em particular, que relação ela entretém com a noção leninista de “revolução cultural”?

(tradução: Eni P. Orlandi)

## ***O PRÓPRIO DA ANÁLISE DE DISCURSO\****

*Eni Puccinelli Orlandi \**

A questão sobre a relação da Linguística com a Análise de Discurso mereceu minha atenção, assim como a dos analistas de discurso, em geral, sobretudo no final dos anos 70 e início de 80 (cf. E. Orlandi, Revista *Delta*, 1986 e 1994). Ao acrescentar, hoje, algumas observações sobre este assunto, devo dizer que se trata apenas do desenvolvimento de uma reflexão que se inscreve no que se tem chamado de Escola Francesa da Análise de Discurso.

Quais são as características dessa linha?

Antes de tudo, e fundamentalmente, a de ter o “discurso” como seu objeto próprio. Não a linguagem, nem a língua, nem a fala. O discurso.

Nesse caso, a relação da língua com a exterioridade não é pensada a partir de uma vaga noção de interdisciplinaridade mas sim como uma relação constitutiva de um objeto específico e de um campo de conhecimento que lhe corresponda e que esse objeto institui: o da análise de discurso. O discurso sendo aqui definido como “efeito de sentidos entre locutores” (M. Pêcheux, 1969).

A especificidade desse campo de conhecimento está em considerar a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia. Por quê? Porque não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. O discursivo é então concebido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística. Assim, o objeto a propósito do qual a análise de discurso produz seu resultado não é um objeto linguístico mas um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto: os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentidos e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam. Daí ela estar pressuposta, sendo a base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos (M. Pêcheux, aqui mesmo, p. 15 ). Desse modo, a análise linguística é necessária mas não é suficiente e supõe uma mudança de terreno. Mudança esta que desloca a própria maneira como se concebe a língua: nesse caso só relativamente autônoma já que em sua própria ordem intervém a possibilidade de sua inscrição na história para que haja sentido. O que nos leva a dizer que se há uma aplicação da linguística não é sobre ela mesma mas em um campo exterior, o que implica em sua transformação. As chamadas “lingüísticas do discurso” aí se inscrevem. Elas não falam sobre o discurso mas sobre a língua. Por mais adjetivos que se coloquem (“crítica”, “nova”, etc.) são uma extensão teórica sobre o mesmo e antigo objeto: a língua.

Assim é que podemos dizer que o que interessa à Semântica Discursiva é a ordem da língua tomada como sistema significante em sua relação com a história, considerada em sua materialidade simbólica. A tarefa do analista de discurso é compreender a relação entre o real da língua e o real da história. Daí que a noção de *forma material* constitui ponto central para a análise de discurso. Ela institui um espaço teórico particular que não reconhece a divisão forma/conteúdo e que tem vigência na perspectiva que trabalha com a língua enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos (M. Pêcheux, 1994). O sentido é uma relação determinada do sujeito com a história e é o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua na produção dos sentidos. Esta é a marca da subjetivação, traço da relação da língua com a exterioridade. É essa aliás a maneira mais discursiva de se dizer que o sujeito se constitui na relação com o simbólico.

A ideologia não é assim um conjunto de representações nem a ocultação da realidade. Discursivamente, a ideologia é uma necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. A interpelação do indivíduo em sujeito,

pela ideologia, traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique. O efeito é então o da evidência do sentido (o sentido-lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão de transparência da linguagem. E é isso a ideologia.

Abandona-se, na AD, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. O que há são posições do sujeito. O sujeito é estruturalmente dividido desde sua constituição e só tem acesso a parte do que diz. A falha o constitui, assim como a falha constitui a língua. Espaço da interpretação, instância da ideologia. O sujeito é pensado discursivamente como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. Acontece que o modo pelo qual ele se constitui sujeito não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui. Correlatamente, a linguagem também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação. Estamos já sempre presos nas redes de filiações de sentidos e nos efeitos da relação da linguagem com o mundo. Na construção discursiva dos referentes.

Dito de outra forma, diferentemente da linguística, a língua é tomada aqui em sua forma material, enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha. Nessa passagem para a forma material, em que se abandona a divisão forma/conteúdo, a língua só é relativamente autônoma, o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é a origem de si.

Os fatos são sujeitos à interpretação e a língua na medida em que é suscetível ao equívoco, ao deslize, à falha, faz lugar para a interpretação. A ideologia não é um “defeito” dos que não tem consciência, ela é uma necessidade da relação dos sujeitos com os sentidos, do mundo com a linguagem. Pelo mecanismo ideológico, aquilo que é constitutivo aparece como já-lá, como já-dito.

O sentido, diz Pêcheux (1975), é sempre uma palavra, uma expressão, uma proposição por outra palavra, expressão ou proposição. Esse relacionamento, essa transferência (meta-phora) pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de sentido, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua. Seria admitir que os elementos significantes já estão enquanto tais dotados de sentido. De acordo com Pêcheux (aqui mesmo, pp.15-16), o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (transferência) realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos (ou seja, processos discursivos) dos quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. Esse lugar - a formação discursiva - de realização da transferência não é no entanto a causa porque o sentido não se engendra a si próprio, ele se produz no non-sens.

Desse modo, em relação à distinção entre ordem e organização que tenho proposto, o que interessa para o analista de discurso não é a organização da língua (pensada na linguística sob o modo da oposição ou da regra) nem a organização social (classe, grupo). O que interessa é a ordem da língua. Não é por exemplo a relação entre sujeito e predicado que é relevante mas o que esta organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos que aí funcionam, enquanto ordem significante. Assim também não é a organização mas a ordem social que é relevante: a formação social enquanto sensível às regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (discursivamente representativas). As posições do sujeito são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginários.

Em outras palavras: para o analista de discurso a língua não é só um código ou um instrumento de comunicação ideologicamente neutro. Nem apenas um sistema abstrato. Não há “conteúdos” ideológicos. Há funcionamento, modo de produção de sentidos ideologicamente determinados. A língua funciona ideologicamente e suas formas (materiais) estão investidas nesse funcionamento. Este funcionamento é parte da natureza da ligação da língua com o mundo (com a ordem social, com a história).

Em suma, a análise de discurso é crítica ao formalismo da linguística e ao conteudismo das ciências sociais. Com a noção de forma material podemos ser críticos ao conteudismo seja da língua (aí introduzindo a questão da ideologia), seja das categorias, seja do social, seja da história (aí introduzindo a discursividade). Não sendo referido à forma empírica ou abstrata, mas à forma material, o sujeito reporta-se a um sistema significante investido de

sentidos: é o sujeito significante, sujeito histórico (material), posição-sujeito que se produz entre diferentes discursos numa relação regrada com a memória do dizer face às situações, definindo-se em função de uma formação discursiva em relação às demais.

Como dissemos, nem o sujeito é definido por um seu conteúdo psicológico, nem os sentidos são conteúdos. Resultam de funcionamentos, de relações entre formações discursivas. As palavras, como diz Pêcheux (aqui mesmo, p. 15), não têm um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade. Não se trata tampouco de pensar em sentidos deriváveis a partir dessa literalidade por meio de um combinatória lógico-linguística que domesticaria a ambiguidade e cujo cálculo permitiria inferir o sentido a partir da língua, na fórmula “língua + contexto = sentido 1, sentido 2 etc”. Esta é uma fórmula que exclui a ideologia e o inconsciente como constitutivos. A língua não é apenas suporte, nem só instrumento. Ela é lugar de realização dos processos discursivos, é portanto lugar de produção de efeitos ideológicos, de processos de identificação. Compreender o discurso não é só uma tarefa operatória de cálculo mas de explicitação desse funcionamento.

O discurso não é redutível a uma frase longa, nem ao texto enquanto organização linguística. É materialidade simbólica. A historicidade, para nós, é justamente o acontecimento do texto enquanto discurso, o trabalho dos sentidos nele. Nessa perspectiva, a exterioridade não tem a objetividade empírica do “fora” da linguagem. Se observamos a situação imediata, a circunstância da enunciação, indo mais além, consideramos aí a espessura material das condições de produção em que entra a memória já delimitando o que da situação imediata faz sentido.

Essa exterioridade, memória do dizer, interdiscurso, é definida, segundo Pêcheux (1988), em sua objetividade material contraditória: algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente, isto é, sob o domínio das formações ideológicas. Isso dá ao sujeito a sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações experimentadas. Aí se dá o processo de constituição do discurso, na memória, no domínio dos dizeres já-ditos (e esquecidos) ou possíveis que garantem a formulação do dizer. Jogo entre a formulação e a constituição do dizer e dos sentidos, produzindo o efeito da exterioridade, o sentido-lá. O *real*, nessa minha proposta, é função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a *realidade* é a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como se apresentam nos discursos, num processo de significação para o sujeito constituído já pelos esquecimentos. Esses esquecimentos resultam na sensação do sujeito ser a origem dos sentidos e na impressão da realidade do pensamento.

Entre a evidência empírica e o cálculo formal há uma região, reconhecida pelo analista de discurso, que é menos visível mas relevante que é a da materialidade histórica. Nela, sujeito, ideologia, inconsciente e ordem significante trabalham suas interrelações. O analista de discurso ao reconhecer o discurso como uma noção fundadora de um campo de conhecimento específico vai trabalhar justamente na explicitação dos efeitos de sentidos que são a definição do que é discurso. E a compreensão disso não deriva da simples aplicação da linguística como se o discurso fosse apenas um instrumento. Não. O discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre a ideologia e a língua, lugar em que se podem analisar os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. O que deve nos permitir compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui. E é essa, afinal, a tarefa do analista de discurso.

### **Bibliografia**

- E. P. Orlandi (1986) “A Análise de Discurso: Algumas Observações”, in *Delta*, PUC, São Paulo.  
E. P. Orlandi (1994) “O Lugar Das Sistemáticas Linguísticas na Análise de Discurso” in *Delta*, PUC, São Paulo.  
M. Pêcheux (1994) “Ler o Arquivo Hoje” in *Gestos de Leitura*, Eni P. Orlandi (org), Ed. Unicamp, Campinas.  
M. Pêcheux (1975) *Les Vérites de la Palice*, Maspero, Paris.